

TURISMO SUSTENTÁVEL E POLÍTICAS PÚBLICAS NA AMAZÔNIA: A INVISIBILIDADE CIENTÍFICA

Sustainable tourism and public policies in the Amazon: scientific invisibility

Wander Pereira de Souza¹, Artur de Souza Moret², Gleimíria Batista da Costa Matos³,
Haroldo de Sá Medeiros⁴ & Dércio Bernardes de Souza⁵

RESUMO

O turismo se apresenta como caminho viável para o desenvolvimento regional e local no Brasil a partir de uma perspectiva de sustentabilidade, aliando a complexidade dos contextos ecológicos, sociais e econômicos. Dentro dessa concepção, parte das experiências amazônicas mostraram que o cenário associado à degradação ambiental, exploração econômica irregular e problemas institucionais podem ser amenizados por meio do relacionamento entre organizações públicas, privadas e sociedade civil, pelo fomento de políticas públicas assertivas e mediante ações relacionadas ao turismo sustentável. A partir desse panorama, o objetivo desta pesquisa é conhecer como a produção científica tem enxergado e discutido as políticas públicas voltadas ao turismo sustentável na região amazônica através da produção científica a respeito da temática publicada no acervo assinado do Portal de Periódicos CAPES. O artigo é uma revisão sistemática da literatura, com base no protocolo PRISMA (*Preferred Reporting Items for Systematic Reviews and Meta*), e a pesquisa caracterizou-se como exploratório-descritiva. Os principais achados são a pouca, ou quase invisível, produção científica disponibilizada nas bases de dados pesquisadas e que a construção das políticas públicas para o turismo na região amazônica carece de uma readequação que inclua os atores que fazem parte do processo e que apresentem, também, uma clara metodologia de avaliação de tais políticas.

PALAVRAS-CHAVE

Turismo, Turismo sustentável, Amazônia, Políticas Públicas, Desenvolvimento Regional.

¹ **Wander Pereira de Souza** – Doutor em Desenvolvimento Regional e Meio Ambiente. Docente, Fundação Universidade Federal de Rondônia, Porto Velho, Rondônia, Brasil. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/3311675806975476>. E-mail: wander@unir.br.

² **Artur de Souza Moret** - Doutor em Planejamento de Sistemas Energéticos. Docente, Fundação Universidade Federal de Rondônia, Porto Velho, Rondônia, Brasil. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/3244883861388189>. E-mail: amoret@unir.br.

³ **Gleimíria Batista da Costa Matos** – Doutora em Desenvolvimento Regional. Docente, Fundação Universidade Federal de Rondônia, Porto Velho, Rondônia, Brasil. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/4574204845166541>. E-mail: gleimiria@unir.br.

⁴ **Haroldo de Sá Medeiros** - Doutor em Administração. Docente, Fundação Universidade Federal de Rondônia, Porto Velho, Rondônia, Brasil. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/2039274371515784>. E-mail: haroldo.medeiros@unir.br.

⁵ **Dércio Bernardes de Souza** - Doutor em Agronegócios. Docente, Fundação Universidade Federal de Rondônia, Porto Velho, Rondônia, Brasil. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/6190623870669319>. E-mail: dercio@unir.br.

ABSTRACT

Tourism emerges as a viable path for regional and local development in Brazil from a sustainability perspective, integrating the complexity of ecological, social, and economic contexts. Within this framework, some Amazonian experiences have demonstrated that issues related to environmental degradation, irregular economic exploitation, and institutional problems can be mitigated through collaboration among public and private organizations and civil society, the promotion of assertive public policies, and actions related to sustainable tourism. Given this scenario, the objective of this research is to analyze how scientific literature has approached and discussed public policies for sustainable tourism in the Amazon region through studies published in the CAPES Journal Portal. This article is a systematic literature review based on the PRISMA (Preferred Reporting Items for Systematic Reviews and Meta-Analyses) protocol, and the research is characterized as exploratory-descriptive. The main findings indicate that there is little or almost no visible scientific production available in the databases analyzed and that the development of public policies for tourism in the Amazon region requires adjustments to include relevant stakeholders in the process, as well as a clear methodology for evaluating these policies.

KEYWORDS

Tourism, Sustainable Tourism, Amazon, Public Policies, Regional Development.

2

INTRODUÇÃO

O Brasil abriga a maior parte do bioma amazônico, totalizando cerca de 5.015.067 km², o que compõe a chamada Amazônia Legal (IBGE, 2019). Essa área engloba nove unidades federativas da Região Norte, a saber: Acre, Amapá, Amazonas, Pará, Rondônia, Roraima e Tocantins, além do estado do Mato Grosso, situado na Região Centro-Oeste, e do Maranhão, na Região Nordeste (Brasil, 2007). Embora a biodiversidade amazônica seja vasta, outros indicadores, como os de desmatamento e pobreza, também se destacam de forma preocupante. Entre as principais causas desses problemas, destacam-se a ineficiência governamental, a falta de infraestrutura e o avanço desordenado do agronegócio.

Como forma de mitigar os problemas da biodiversidade, ao longo dos anos, os governos dos países amazônicos implementaram políticas voltadas para a mitigação dos problemas relacionados à biodiversidade, buscando alternativas que, além de gerar riqueza, contribuíssem para ações de conservação. O turismo se destaca como uma das opções econômicas mais populares dentro dessas políticas. Nesse contexto, o desenvolvimento do turismo regional no Brasil emerge como uma oportunidade para a promoção e implementação de políticas públicas

que favoreçam a inclusão social e critérios de sustentabilidade ambiental, integrando os três pilares fundamentais: econômico, social e ambiental (Assunção & Cosenza, 2021).

De acordo com Gazoni e Brasileiro (2018), a interação entre os estados brasileiros da Amazônia Legal e a exploração de atividades turísticas é bastante singular, diferenciando-se de outros destinos no Brasil, como os estados das regiões Nordeste e Sudeste. Nesses locais, há uma estrutura privada consolidada de organizações que oferecem serviços de hospitalidade e promovem a integração entre os espaços urbanos, rurais e costeiros, sustentada por uma infraestrutura logística satisfatória. Embora o setor público exerça a fiscalização e promoção do turismo, sua atuação é limitada em termos de organização dos stakeholders e oferta de serviços turísticos.

Na Amazônia Legal, o desenvolvimento das atividades turísticas encontra-se em um estágio menos avançado. Problemas de integração logística entre as capitais e as regiões interioranas são frequentes, muitas vezes devido à total ausência de infraestrutura (Gazoni & Brasileiro, 2018). Grande parte das atrações turísticas está localizada dentro ou nas proximidades de áreas protegidas, conhecidas como Unidades de Conservação (UC), que são distantes dos centros urbanos. Os serviços de hospitalidade são, em geral, fornecidos pelas comunidades locais em parceria com organizações sem fins lucrativos ou entidades públicas, estabelecendo uma dinâmica de dependência financeira e de aprendizado (Burns, Gregory, & Moreira, 2019).

Um aspecto relevante é que as Unidades de Conservação são áreas territoriais com objetivos de conservação definidos por legislação e administradas pelo poder público, o que limita a atuação de organizações privadas na exploração das atividades turísticas (Barbosa, Medeiros, & Da Costa, 2022).

Apesar dos desafios estruturais, o turismo na Amazônia tem alcançado resultados positivos em alguns casos. Um exemplo significativo é o Programa de Desenvolvimento do Ecoturismo na Amazônia Legal (PROECOTUR AMAZÔNIA), implementado entre 2000 e 2010 como uma política pública para promover o desenvolvimento econômico, social e ambiental da região (MMA, 2011). Embora o programa tenha enfrentado atrasos no cumprimento de suas metas, conforme apontado por Fonseca e Rodrigues (2015), ele conseguiu gerar benefícios socioeconômicos em regiões como o Jalapão, no estado do Tocantins. Adicionalmente, de acordo com Lima e

Coriolano (2016), o turismo foi planejado e implementado com sucesso no Vale do Acre e no Vale do Juruá, ambos no estado do Acre.

Em Rondônia, conforme apontado por Barbosa, Medeiros e da Costa (2022), o desenvolvimento do turismo enfrenta obstáculos significativos, sobretudo devido ao fato de que áreas com grande potencial turístico estão localizadas em propriedades rurais privadas ou inseridas em Unidades de Conservação (UC), o que torna essencial compreender esse contexto e analisar as políticas públicas que incentivam o setor, já que nem sempre apresentam clareza em relação à sua implementação.

Destaca-se que, a partir de 2011, houve um hiato na formulação de políticas públicas em âmbito nacional para a Amazônia. Adicionalmente, em 2020, a pandemia de COVID-19 afetou o mundo, desencadeando um cenário preocupante para a saúde e a economia. De acordo com o SIPAM (2020), a região amazônica foi uma das mais impactadas pela pandemia no Brasil, situação amplamente divulgada na mídia nacional e internacional, com imagens de covas e relatos sobre os problemas de saúde, o que pode ter prejudicado a imagem da região como destino turístico.

Esses aspectos, que abrangem questões territoriais, ambientais, econômicas e sociais, evidenciam a complexidade inerente à Região Amazônica. Tais fatores ressaltam a necessidade de uma compreensão mais aprofundada sobre o papel das políticas públicas na promoção do desenvolvimento regional do turismo sustentável.

Dentro desse contexto é importante destacar que a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável orienta os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), estruturados em cinco áreas: Pessoas, Planeta, Prosperidade, Paz e Parcerias. Os ODS representam um plano estratégico global para enfrentar desafios contemporâneos, promovendo o crescimento econômico, a inclusão social e a proteção ambiental (Oliveira, 2019; Jurado-Zambrano, Velez-Ocampo & López-Zapata, 2023). E no âmbito do turismo sustentável, eles servem como um referencial essencial para equilibrar o desenvolvimento econômico, a preservação ambiental e os benefícios sociais. Ao incentivar práticas responsáveis, a conservação dos recursos naturais e culturais e a equidade na distribuição dos benefícios gerados pela atividade turística, contribuindo para um setor mais sustentável e inclusivo. Além disso, oferecem suporte para o monitoramento de impactos e a formulação de políticas públicas que fortaleçam um turismo comprometido com o desenvolvimento sustentável.

Assim, por meio de uma revisão sistemática da literatura utilizando o protocolo PRISMA (*Preferred Reporting Items for Systematic Reviews and Meta-Analyses*), esta pesquisa tem como objetivo conhecer como a produção científica tem enxergado e discutido as políticas públicas voltadas ao turismo sustentável na região amazônica, com base na produção científica disponível no acervo do Portal de Periódicos CAPES. Espera-se que as informações geradas a partir das análises possam subsidiar a formulação ou reformulação de ações e programas mais assertivos, visando promover um desenvolvimento regional mais eficiente do setor.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

A crescente preocupação com o desenvolvimento local sustentável tem mobilizado iniciativas governamentais e não governamentais na busca por discutir e propor soluções para os problemas econômicos, ambientais e sociais, diante das constantes alterações e transformações da realidade, visando o benefício da sociedade. Nesse contexto, o setor do turismo se destaca como um potencial impulsionador do desenvolvimento regional (Sousa-Santos & Silva-Pereira, 2020), dado que sua natureza transdisciplinar e interdisciplinar integra diversas áreas do conhecimento e reúne potencialidades para a solução de problemas decorrentes da desigualdade social (Tomazzoni, 2007).

Embora o volume de pesquisas em turismo tenha crescido de forma evidente nos últimos anos, grande parte delas é predominantemente orientada para o mercado, com objetivos táticos de curto prazo, uma vez que o turismo se baseia, tradicionalmente, em serviços e produtos. A maioria das organizações voltadas para o turismo muitas vezes desconhece ou demora a aproveitar as oportunidades oferecidas pelas pesquisas científicas (Cooper, 2006). Nesta seção, apresenta-se uma abordagem sobre turismo sustentável, turismo na região amazônica e políticas públicas para o turismo.

TURISMO SUSTENTÁVEL

O desempenho do setor turístico é uma parte essencial da economia que tem apresentado taxas de crescimento significativas nos últimos anos, com exceção do período pandêmico (Ministério do Turismo, 2022). Países considerados emergentes ou em desenvolvimento, como o Brasil, têm demonstrado efeitos multiplicadores positivos em suas economias, especialmente no que diz respeito ao equilíbrio das contas de suas balanças de pagamentos, uma vez que o turismo funciona como um setor de exportação ágil e flexível (Rabahy, 2003; Rabahy, 2020).

De acordo com Santos (2013), alguns teóricos consideram o turismo como uma indústria, enquanto outros o veem como uma atividade do terceiro setor. No entanto, devido à sua complexidade e multidisciplinaridade, o turismo pode ser mais bem compreendido como um “fenômeno social que consiste no deslocamento voluntário e temporário de indivíduos ou grupos de pessoas por motivos de recreação, descanso, cultura, saúde, dentre outras razões” (Santos, 2013, p. 33). Esse deslocamento gera inúmeras inter-relações com relevância social, econômica e cultural. Rabahy (2003) complementa ao destacar o turismo como uma atividade econômica que envolve ambientes culturais, ecológicos, econômicos, políticos e sociais.

A Organização Mundial do Turismo (2018) ressalta que o turismo pode ser estudado a partir de diversas disciplinas, dada a complexidade das relações entre seus elementos constituintes. Autores como Pearce (2003) e Boullón (1997) argumentam que a expansão dessa prática social do deslocamento do turista ocorre devido a diversos fatores, entre os quais se destacam a localização das atividades turísticas, a evolução dos sistemas de transporte aéreo e o crescente fenômeno da globalização. No entanto, é importante compreender que existem diferentes tipos de turismo, conforme as tipologias apresentadas na Figura 1.

Figura 1. Tipologias do turismo

TIPOLOGIAS DO TURISMO	
Ecoturismo	O foco é visitar espaços naturais protegidos (parques naturais, parques nacionais, reservas etc.), voltados para a apreciação do estado natural, com a vida selvagem e sua população nativa intactos.
Turismo rural	Turismo cujo objetivo prioritário é visitar zonas rurais.
Turismo de aventura	Compreende os movimentos turísticos decorrentes da prática de atividades de aventura de caráter recreativo e não competitivo.
Turismo cultural	Visitar os recursos históricos, arquitetônicos, artísticos e étnicos de uma localidade.
Turismo religioso	Tem como motivação fundamental a fé. Configura-se pelas atividades turísticas decorrentes da busca espiritual e da prática religiosa em espaços e eventos relacionados às diversas religiões existentes.
Turismo histórico	Os principais atrativos turísticos são os patrimônios históricos da localidade.
Turismo de negócios e/ou eventos	Compreende o conjunto de atividades turísticas decorrentes dos encontros de interesse profissional, associativo, institucional, de caráter comercial.
Turismo de lazer	Ocupações às quais o indivíduo pode entregar-se de livre vontade, seja para repousar, seja para divertir-se, recrear-se e entreter-se.

Fonte: Santos, 2013.

Conforme as tipologias apresentadas, a atividade turística, independentemente de sua natureza, demanda recursos, equipamentos, serviços, valores simbólicos e infraestrutura, ou seja, atrativos potenciais. É importante destacar que o turismo é um fenômeno complexo, que

estabelece relações entre visitantes e residentes, podendo gerar tanto impactos positivos quanto negativos (Santos, 2013). Nesse contexto, Lima (2021, p. 19) aponta que “o turismo pode contribuir para o desenvolvimento sustentável, através do dinamismo que promove o crescimento econômico dos destinos e da ligação entre os *stakeholders*”, sendo que o desenvolvimento sustentável do turismo é aplicável a todas as suas modalidades.

De acordo com Assunção e Cosenza (2021), a sustentabilidade no turismo é concebida a partir de três pilares: justiça social, desenvolvimento econômico e integração com o meio ambiente. Sob essa perspectiva, o desenvolvimento econômico deve ser uma experiência positiva para as populações locais, empresas de turismo, trabalhadores e turistas. Além disso, é fundamental considerar que as perspectivas de desenvolvimento sustentável se articulam a partir de diversas abordagens.

O desenvolvimento sustentável tem se mostrado um desafio para o Estado e as organizações, uma vez que, por um período, modelos de desenvolvimento foram implementados sem considerar as características e demandas locais (Sant’Ana et al., 2021). Entre 1990 e o início dos anos 2000, o conceito de “desenvolvimento local” ganhou relevância no Brasil, sendo compreendido como um processo que busca aproveitar as vantagens competitivas e comparativas de uma determinada localidade, com o objetivo de promover o crescimento econômico, consolidar o capital social, melhorar a qualidade de vida dos habitantes e criar mecanismos para o uso sustentável dos recursos naturais (Paula, 2008).

Nessa perspectiva, se destaca o Turismo de Base Comunitária (TBC) que é um modelo sustentável que incentiva a gestão comunitária das atividades turísticas, garantindo a distribuição equitativa de benefícios econômicos, sociais e culturais (Lima, Irving & Oliveira, 2022). Contudo, no Brasil, embora relevante para o desenvolvimento local, enfrenta desafios estruturais, como a predominância da lógica de mercado nas políticas públicas e sua instrumentalização em discursos políticos, limitando sua implementação efetiva (Teixeira, Vieira & Mayr, 2019). No entanto, iniciativas pontuais demonstram seu potencial para fortalecer a autonomia comunitária e valorizar recursos naturais e culturais.

Lima, Irving e Oliveira (2022) apontam que o TBC tem sido incorporado superficialmente em políticas governamentais, restringindo sua capacidade de inclusão social. Já Teixeira, Vieira e Mayr (2019) defendem que a aplicação do conceito de *clusters* pode fortalecer sua governança e viabilizar o compartilhamento de recursos entre atores locais. Exemplos como o RESEX

Pirajubaé e o Tekoá Pira mostram que a colaboração e a estruturação de redes podem aumentar sua sustentabilidade. Portanto, para consolidar o TBC como estratégia de turismo sustentável, é essencial maior integração entre setores público e privado, além de políticas que incentivem a autogestão comunitária (Lima, Irving & Oliveira, 2022; Teixeira, Vieira & Mayr, 2019).

No que se refere ao turismo sob a ótica do desenvolvimento local sustentável, há uma escassez de estudos que busquem estimular uma visão da atividade a partir de teorias de desenvolvimento (Loiola, 2004). Embora de forma gradual, a indústria do turismo, a comunidade acadêmica e os governos nacionais têm começado a reconhecer, com o crescente debate sobre sustentabilidade, a necessidade urgente de pesquisas que apontem novas direções para o turismo (Cooper, 2006; Cacho, 2019), a partir de uma concepção mais abrangente, que promova a interação entre os atores envolvidos, como governo, sociedade civil e empresas (Pereira, 2017).

TURISMO NA AMAZÔNIA E POLÍTICAS PÚBLICAS

O turismo na Amazônia apresenta um grande potencial para o desenvolvimento sustentável, mas enfrenta desafios estruturais relacionados à implementação de políticas públicas eficazes e à inclusão das comunidades locais. A região, caracterizada por sua vasta biodiversidade e riqueza cultural, tem sido alvo de investimentos em ecoturismo, uma modalidade que busca conciliar conservação ambiental e desenvolvimento econômico. No entanto, as iniciativas de turismo sustentável ainda são fragmentadas, muitas vezes influenciadas por uma lógica mercadológica que nem sempre prioriza a participação das comunidades tradicionais (Pinto, 2007).

Entretanto, parte das experiências na região amazônica evidenciam que a degradação ambiental, a exploração econômica irregular e os problemas institucionais públicos podem ser mitigados por meio da colaboração entre organizações públicas e privadas, através de ações voltadas para o turismo.

Lima e Coriolano (2016), Paschoalini e Barbosa (2016), e Nascimento et al. (2016) destacam os efeitos positivos do ecoturismo na conservação ambiental de áreas degradadas e na melhoria das condições socioeconômicas das comunidades locais. Esses efeitos nas áreas vulneráveis da Amazônia resultam de práticas de educação ambiental e da formação de conselhos constituídos por representantes de comunidades, organizações turísticas privadas e órgãos públicos, que atuam como mediadores em possíveis conflitos de interesse (Nascimento et al., 2016).

A participação ativa desses atores contribui para a criação de arranjos produtivos turísticos que valorizam o conhecimento local na elaboração de roteiros e atrações turísticas, além de gerar empregos que podem ser ocupados pela população da região (Lima & Coriolano, 2016). Além disso, as iniciativas de educação ambiental não se limitam às pessoas diretamente envolvidas no turismo, mas também abrangem comunidades, turistas, gestores do setor privado e do setor público (Paschoalini & Barbosa, 2016).

Infelizmente, os efeitos positivos do turismo na Amazônia não são os únicos registrados na literatura; na verdade, os efeitos negativos são os mais frequentes. A questão central reside na falta de integração entre as políticas locais, nacionais e, até mesmo, sul-americanas. No Brasil, o turismo começou a receber maior atenção a partir de 1966, quando foi estabelecido o Instituto Brasileiro de Turismo (EMBRATUR) e formuladas as diretrizes básicas para a criação da política nacional de turismo, que posteriormente foram implementadas no país (Dias, 2003).

Pinto (2007) destaca que as políticas governamentais de turismo na Amazônia têm oscilado entre estratégias de incentivo ao turismo convencional e tentativas de implementar um modelo mais sustentável. Durante décadas, o turismo na região foi estruturado com base em projetos desenvolvimentistas que, em muitos casos, não consideraram a inclusão dos povos locais no processo decisório.

Além disso, conforme apontado por Sansolo (2013), a política de desenvolvimento integrado para a Amazônia Legal foi criada pelo governo brasileiro em 1995, com o objetivo de fornecer princípios estratégicos, estabelecer metas, métodos e ações que pudessem viabilizar o desenvolvimento da região por meio de planos, programas e projetos. Um exemplo dessa iniciativa é o Programa de Desenvolvimento do Ecoturismo na Amazônia (Proecotur), que abrange os estados do Acre, Amapá, Amazonas, Mato Grosso, Pará, Rondônia, Roraima e Tocantins, visando fornecer os meios necessários para o desenvolvimento do ecoturismo na região amazônica brasileira.

O propósito dessas ações é não apenas estabelecer uma estrutura adequada e criar as condições necessárias para que os estados possam gerir suas áreas designadas para o ecoturismo, mas também estimular a geração de benefícios socioeconômicos e ambientais para as comunidades que vivem nas proximidades dessas áreas selecionadas. O financiamento dessas ações é

assegurado pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e pelo Governo Federal (Sansolo, 2013).

Nesse contexto, é crucial destacar a importância de uma gestão eficiente das atividades turísticas, pois a ausência ou insuficiência dessa gestão pode resultar em efeitos negativos nas regiões menos desenvolvidas, como a degradação ambiental e do patrimônio histórico-cultural, a desregulação dos preços de mercado, impactos na venda de produtos para a população local e a desestabilização do mercado de trabalho (Fonseca & Rodrigues, 2016). Rabahy (2003) recomenda que o planejamento turístico seja conduzido estrategicamente pela comunidade local, levando em consideração os pressupostos regionais de preservação dos valores culturais e ambientais.

Pinto (2007) destaca que o desenvolvimento local na Amazônia via turismo requer o protagonismo das populações tradicionais e a distribuição equitativa dos benefícios. O Turismo de Base Comunitária (TBC) surge como alternativa ao turismo de massa, valorizando cultura e meio ambiente, mas sua efetividade depende de políticas públicas estruturadas, com capacitação, governança local e acesso a mercados sustentáveis. Sem essas diretrizes, o turismo tende a perpetuar desigualdades e impactos ambientais.

Tavares destaca que, no Pará, o turismo tem sido impulsionado por iniciativas governamentais desde os anos 2000, buscando desenvolvimento sustentável e valorização cultural. O Plano de Desenvolvimento do Turismo (2001) estruturou polos regionais, mas enfrenta desafios como infraestrutura precária, baixa inclusão comunitária e priorização do turismo comercial. O Plano Ver o Pará (2011) reforçou a conservação ambiental e a valorização cultural, mas a exclusão das comunidades e a exploração dos recursos naturais sem integrar saberes tradicionais persistem. Para um turismo mais inclusivo, é essencial fortalecer o Turismo de Base Comunitária (TBC), integrar gestão pública e privada e adotar políticas que respeitem a diversidade sociocultural. A cooperação Pan-Amazônica, a qualificação profissional e a articulação com setores essenciais são fundamentais para o desenvolvimento local e a redução das desigualdades.

Sob essa perspectiva, ressalta-se que o turismo na Amazônia é caracterizado pela sociobiodiversidade. Diferentemente de outros lugares, onde apenas um tipo de atividade turística define a identidade local, a vasta região amazônica permite a exploração de diversas atividades, como o ecoturismo, turismo balnear, turismo de aventura, turismo histórico, turismo

espeleológico, turismo gastronômico, turismo religioso, turismo étnico, entre outras (Tavares, 2021).

Pires (2013) contribui ao acrescentar que os destinos de ecoturismo no Brasil são enriquecidos por componentes biofísicos naturais atraentes. Em seus estudos, destacou elementos como a composição visual de paisagens, formas de relevo e elementos da superfície da região. Além disso, discutiu o ecoturismo, apontando-o como uma versão sustentável que deve ser priorizada para o desenvolvimento do turismo no país, e também identificou outros segmentos, como o turismo rural, turismo de aventura, turismo de pesca e turismo náutico.

MÉTODO

Esta pesquisa é classificada, em termos de sua natureza, como básica, do tipo exploratória e descritiva, com abordagem qualitativa, estruturada por meio de uma revisão sistemática da literatura, com o objetivo de coletar, sintetizar e analisar o conhecimento existente sobre turismo sustentável e políticas públicas na Amazônia, publicado em revistas científicas.

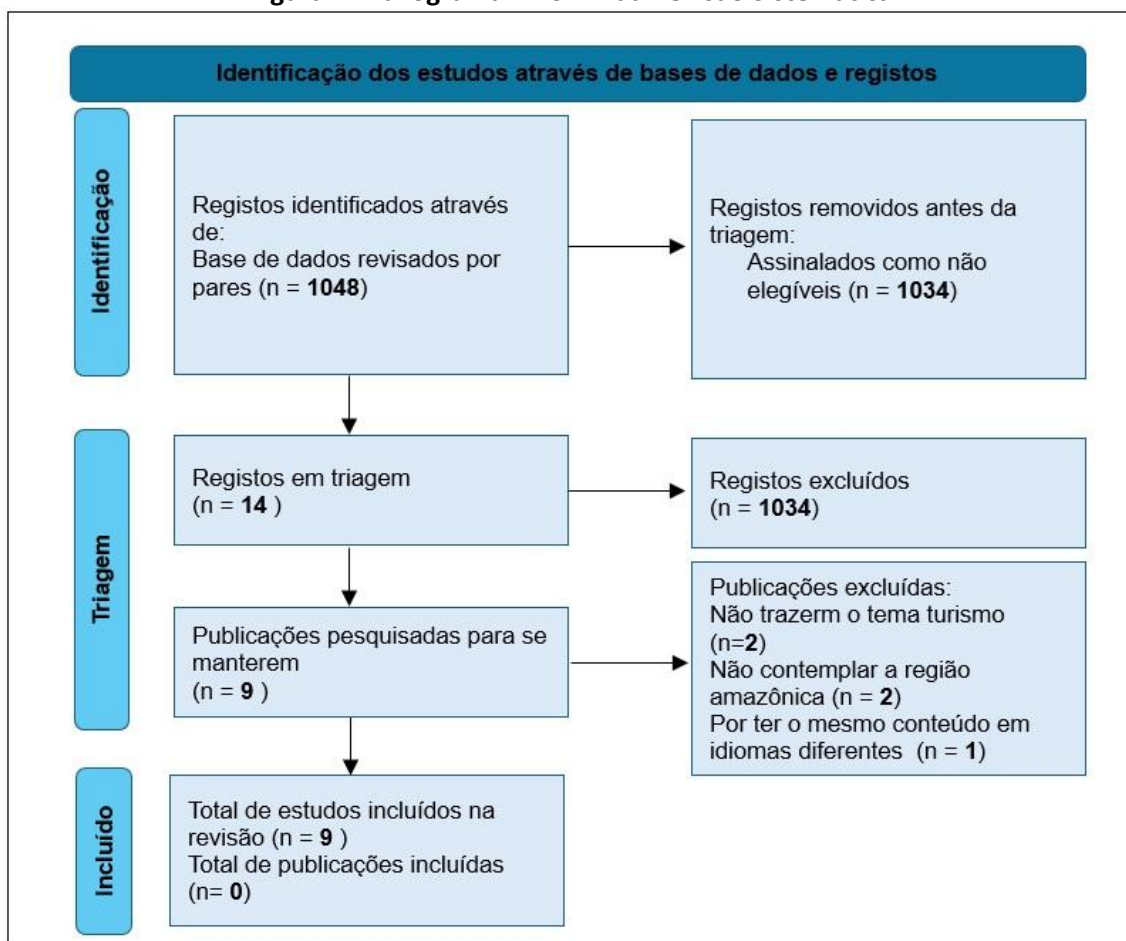
A revisão sistemática da literatura foi realizada utilizando artigos científicos indexados nas principais bases de dados disponíveis no “acervo assinado” do Portal de Periódicos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), em janeiro de 2023. E para garantir maior rigor científico, a revisão sistemática seguiu o protocolo PRISMA (*Preferred Reporting Items for Systematic Reviews and Meta-Analyses*), que inclui um checklist com 27 itens e um fluxograma, que fornece orientações para revisões sistemáticas com métodos para identificar, selecionar, avaliar e sintetizar estudos (Page et al., 2022). A pesquisa contou com o apoio do *software* Mendeley e da plataforma eletrônica Microsoft Excel. O Mendeley foi utilizado para anexar os arquivos das bases de dados, que foram baixados no formato BibTex, que requer um *software* bibliográfico para edição. As análises foram conduzidas utilizando o Excel, com o objetivo de organizar e preparar estatísticas descritivas.

Para a coleta de dados, foi realizado o acesso remoto ao conteúdo assinado do Portal de Periódicos da CAPES, utilizando os seguintes descritores em português e inglês, em combinação com os operadores booleanos da plataforma: “políticas públicas” (*public policy*), “turismo” (*tourism*), “Amazônia” (*Amazon*) e “desenvolvimento” (*development*). Adicionalmente, o

descriptor “Brazil” foi incluído nas buscas em inglês, uma vez que alguns artigos abordavam outros países que integram a região amazônica.

Os critérios de inclusão consistiram em selecionar artigos originais publicados nas bases de dados presentes no conteúdo assinado do Portal de Periódicos da CAPES, que tratassem da temática de políticas públicas para o turismo na região amazônica e que abordassem o desenvolvimento sustentável, considerando apenas artigos revisados por pares, sem restrição temporal. Foram excluídos artigos duplicados ou semelhantes, mas com títulos diferentes conforme apresentada na Figura 2.

Figura 2. Fluxograma PRISMA da Revisão Sistemática



Fonte: Elaborada pelos autores.

Para a triagem dos estudos, inicialmente foi realizada uma leitura dos títulos e resumos para avaliar a pertinência da temática. O segundo passo envolveu a seleção dos artigos que atendiam

aos critérios de inclusão estabelecidos por este estudo e que se adequavam ao objetivo proposto. Na etapa seguinte, foi feita uma leitura integral e reflexiva dos trabalhos selecionados.

A pesquisa inicial utilizando os descritores, já mencionados, resultou em 1.048 artigos revisados por pares, sendo a maioria (80%) encontrada no *Directory of Open Access Journals* (DOAJ), um banco de dados independente que reúne diversos títulos de periódicos revisados por pares e de acesso aberto, com o objetivo de aumentar a acessibilidade a revistas científicas de qualidade.

Após a análise dos títulos, resumos e a aplicação dos critérios de exclusão previamente definidos, a pesquisa resultou em nove artigos em português e sete em inglês, dos quais três eram duplicados. Em seguida, a leitura aprofundada dos 14 artigos restantes levou ao descarte de cinco estudos por diferentes motivos: dois não abordavam o turismo como foco principal e não apresentavam relação direta com políticas públicas; outros dois não estavam vinculados à região amazônica; e um artigo possuía o mesmo conteúdo em ambos os idiomas pesquisados (português e inglês), apesar de apresentar títulos e resumos distintos. Assim, nove estudos foram considerados elegíveis para a revisão. A Figura 3 apresenta o detalhamento dos trabalhos selecionados na revisão sistemática.

Figura 3. Artigos, autores, ano e fonte de publicação

TÍTULO	AUTOR	ANO	FONTE
<i>Developing sustainable tourism in the Amazon rainforest of Brazil – premises, actions, challenges</i>	Jesus, V. L. R.	2010	<i>Emerald Journals</i>
Turismo e políticas públicas na Amazônia brasileira	Tavares, M. G. C.	2021	DOAJ
Turismo, patrimônio e políticas públicas na Amazônia Maranhense	Rodrigues, L. M.	2022	DOAJ
Principais políticas de fomento do turismo na Amazônia: análise dos primeiros planos de turismo da Amazônia (PTA I e II) e do PROECOTUR	Farias, K. S.	2015	DOAJ
As políticas de desenvolvimento do turismo no município de Santarém-Pará-Brasil	Cordovil, J. C.	2018	DOAJ
Água e floresta na Reserva de Desenvolvimento Sustentável do Uatumã	Laques, A. E. et al.	2018	DOAJ
Práticas de etnoconhecimento na gestão participativa do turismo sustentável na Amazônia: Quilombo de Tapanagem (Oriximiná, PA, Brasil)	Campos, L. G.; Mattos, C. P.	2012	DOAJ
Os participantes da política pública de turismo do Pará a partir do modelo de fluxos múltiplos – 2007-2011	Nascimento, V. L. Q.; Simonian, L. T. L; Farias Filho, M. C.	2016	SciELO Brazil
Ecosistemas Costeiros Amazônicos: As transformações socioambientais do século XVII ao XXI	Almeida, A. F.	2020	Cadernos do CEOM

Fonte: Elaborada pelos autores.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

O setor turístico desempenha um papel significativo na economia brasileira, representando aproximadamente 8% do PIB (Pimentel, 2022). Segundo o Boletim Mensal de Estatísticas do Turismo - Radar do Turismo, publicado pelo Ministério do Turismo (2022), o setor empregou formalmente 1.966.816 trabalhadores até agosto de 2022, correspondendo a 4,6% do total de empregos formais no país. Além de sua relevância econômica, o turismo abrange uma ampla gama de atividades que transcendem as viagens e a infraestrutura, influenciando diretamente as condições socioeconômicas das populações locais que recebem os turistas. Esse impacto reforça a necessidade de políticas públicas e estratégias de planejamento voltadas para o desenvolvimento sustentável do setor, de modo a garantir que os benefícios gerados sejam distribuídos de forma equitativa e que os impactos sociais e ambientais sejam adequadamente gerenciados.

Assim, a abordagem do turismo é inerentemente complexa, uma vez que está relacionada ao ambiente em que se desenvolve e aos aspectos sociais, culturais, históricos, geográficos e ambientais (Tack et al., 2020), o que implica uma variedade de fatores que devem ser considerados, especialmente no que diz respeito às políticas públicas e ao desenvolvimento local.

Nesse contexto, torna-se essencial compreender as perspectivas dos autores dos estudos selecionados nesta revisão, especialmente no que se refere ao turismo, turismo sustentável, políticas públicas voltadas para a atividade turística e seu impacto no desenvolvimento local. Para uma melhor organização da análise, esta seção está estruturada em três partes: a primeira apresenta uma análise descritiva dos artigos analisados, a segunda discute aspectos relacionados ao turismo e turismo sustentável, e a terceira aborda as políticas públicas voltadas para o turismo e seu papel no desenvolvimento local.

ANÁLISE DESCRITIVA

Conforme apresentado na Figura 3, a pesquisa não identificou artigos com a mesma autoria ou coautoria. Os pesquisadores não apresentam inter-relações e, aparentemente, não fazem parte de grupos de pesquisa em comum. Dos nove artigos selecionados, seis estão concentrados no

Directory of Open Access Journals (DOAJ), um no *Emerald Journals*, um no *SciELO Brazil* e um no *Cadernos do CEOM*.

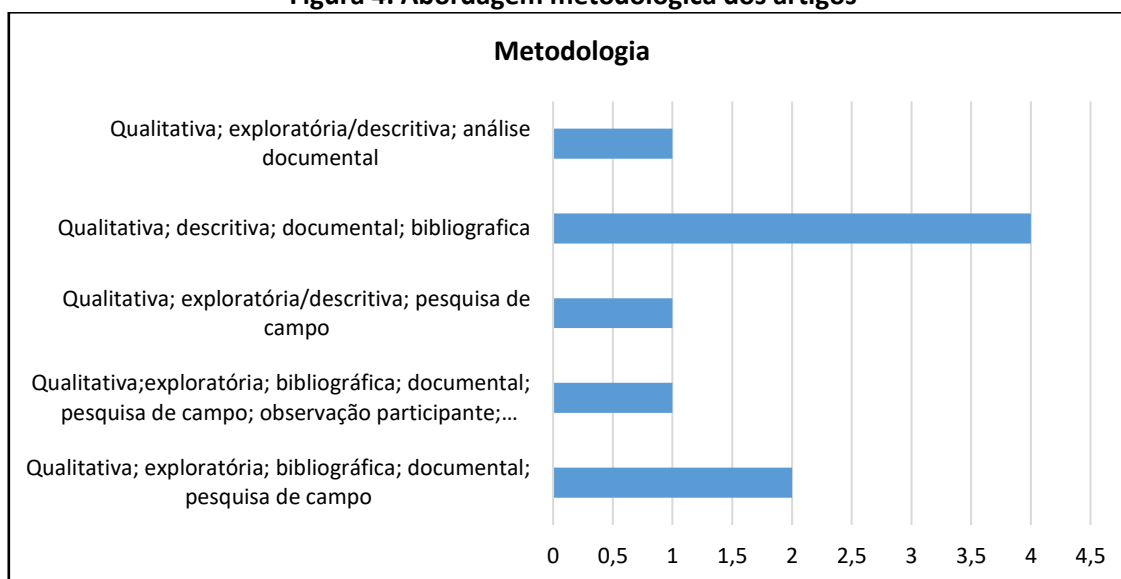
As publicações foram realizadas nos seguintes periódicos: *Worldwide Hospitality and Tourism Themes* (1); *Revista Brasileira de Pesquisa em Turismo* (2); *Revista de Turismo Contemporâneo* (1); *Sustentabilidade em Debate* (1); *Formação Online* (1); *Cadernos do Centro de Organização da Memória Sócio-Cultural do Oeste de Santa Catarina (CEOM)* (1); e *Confin: Revue Franco-Brésilienne de Géographie* (2).

A maioria das pesquisas teve como foco o estado do Pará, seguido pelo Amazonas, com apenas um artigo abordando a Amazônia maranhense. Um ponto relevante é a distribuição temporal das publicações: a mais antiga data de 2010 e a mais recente de 2022. Apenas em 2018 houve duas publicações, e não foram registradas publicações em anos consecutivos, evidenciando a ausência de uma sequência temporal contínua.

A Figura 4 apresenta as metodologias empregadas de acordo com a descrição dos artigos incluídos. Pode-se observar que todos são classificados como sendo pesquisas qualitativas; dois se valem de pesquisa exploratória/descritiva; quatro, descritiva; e três, exploratória. Em oito foi feita análise documental; em sete, pesquisas bibliográficas; em quatro, pesquisa de campo; e em uma, observação participante e diagnóstico rural participativo (DRP).

15

Figura 4. Abordagem metodológica dos artigos



Fonte: Elaborada pelos autores.

Observa-se, portanto, a escassez de pesquisas publicadas nas bases de dados presentes no conteúdo assinado do Portal de Periódicos da CAPES, que, de acordo com a própria plataforma, é um dos “maiores acervos científicos virtuais do País, que reúne e disponibiliza conteúdos produzidos nacionalmente e outros assinados com editoras internacionais a instituições de ensino e pesquisa no Brasil” (CAPES, 2023, n.p.). Essa constatação levanta duas possibilidades: ou as pesquisas sobre políticas públicas direcionadas ao turismo na região amazônica não estão sendo desenvolvidas, ou, se estão, não estão sendo publicadas.

TURISMO E TURISMO SUSTENTÁVEL

O turismo é um setor dinâmico e promissor, impulsionando o crescimento econômico e o desenvolvimento regional. Contudo, sua expansão traz desafios ambientais, sociais e econômicos. A literatura destaca a necessidade de equilibrar benefícios econômicos com a preservação dos recursos naturais e culturais, além da melhoria da qualidade de vida das comunidades locais.

A Figura 5 sintetiza as contribuições dos autores analisados, evidenciando diferentes perspectivas sobre turismo e sustentabilidade. Enquanto alguns enfatizam o potencial econômico do setor, outros ressaltam a importância do planejamento sustentável, da participação comunitária e da implementação de políticas públicas eficazes para mitigar impactos negativos.

Figura 5. Síntese das principais contribuições dos autores em relação ao turismo

Autor(es)	Ano	Principais Contribuições
Jesus	2010	O turismo é um setor econômico dinâmico e promissor, mas enfrenta desafios na promoção da sustentabilidade.
Nascimento, Simonian e Farias Filho	2016	A Amazônia brasileira tem grande potencial turístico, mas requer planejamento sustentável.
Campos e Mattos	2012	O turismo na Amazônia deve respeitar a diversidade dos recursos e culturas, evitando sua exploração excessiva.
Farias	2015	A atividade turística precisa equilibrar interesses econômicos, valorização cultural e preservação ambiental.
Rodrigues	2022	O turismo está vinculado ao desenvolvimento socioeconômico e às transformações históricas, com preocupações ambientais emergindo a partir dos anos 1970, devido ao turismo de massa.
Almeida	2020	O turismo de massa na Amazônia gera emprego e renda, mas explora mão de obra local e pode ser prejudicial.
Tavares	2021	O turismo pode impulsionar o crescimento econômico, mas precisa ser integrado ao planejamento de mercado.

Cordovil	2018	O desenvolvimento turístico deve ser conduzido com políticas públicas, sociedade civil e <i>stakeholders</i> .
Laques et al.	2018	O ecoturismo pode ser positivo para a conservação, mas pode gerar impactos ambientais e sociais negativos.

Fonte: Elaborada pelos autores.

Segundo Jesus (2010), o turismo é atualmente considerado o setor econômico mais promissor e dinâmico, tornando-se um fenômeno de grande relevância social e econômica para a sociedade. Nesse contexto, o Brasil é privilegiado por seus inúmeros destinos de turismo ecológico, de aventura e por seus abundantes recursos naturais, especialmente na região amazônica. No entanto, o principal desafio consiste em promover um turismo sustentável que preserve o meio ambiente e melhore a qualidade de vida das populações locais.

Nesse sentido, Nascimento, Simonian e Farias Filho (2016) complementam ao afirmar que a Amazônia brasileira possui um grande potencial turístico. Contudo, Campos e Mattos (2012) ressaltam que o turismo na região deve respeitar a diversidade dos recursos e culturas amazônicos, frequentemente e erroneamente considerados por alguns como inesgotáveis. Farias (2015) destaca que a atividade turística vai além das questões puramente econômicas, exigindo a conciliação entre os interesses econômicos, a valorização da cultura local e o equilíbrio ambiental.

Rodrigues (2022) lembra que o turismo é um resultado dos primeiros pensamentos sobre o desenvolvimento socioeconômico do século XIX, e que as preocupações relacionadas ao meio ambiente surgiram apenas a partir da década de 1970, em resposta aos impactos negativos, e por vezes prejudiciais, causados pelo “turismo de massa”. Almeida (2020) observa que esse turismo de massa continua sendo um dos principais atrativos em algumas regiões amazônicas, contribuindo para a geração de emprego e renda e o desenvolvimento socioeconômico. No entanto, esse tipo de turismo também explora a mão de obra barata das populações locais, como é o caso das comunidades tradicionais no nordeste do litoral do Pará.

Nesse sentido, Tavares (2021) observa que a atividade turística é, ao mesmo tempo, percebida como um resultado do crescimento econômico de seus setores e como uma premissa para remodelar atividades relacionadas ao mercado, especialmente ao se considerar a Amazônia, que vem se destacando como um importante destino turístico no Brasil e ganhando reconhecimento internacional.

No entanto, conforme argumenta Cordovil (2018), a relação entre desenvolvimento e turismo deve ser promovida por meio de ações definidas na esfera do poder público, em conjunto com a sociedade civil e outras partes interessadas no processo. Nesse contexto, Laques et al. (2018) alertam que, apesar do ecoturismo ser uma iniciativa de conservação bem-vinda que proporciona um incremento na renda, é necessário cautela para evitar prejuízos à biodiversidade local e a ocorrência de desigualdades sociais.

Em relação ao turismo sustentável, Jesus (2010) reforça que este representa uma alternativa para o desenvolvimento econômico e social, atuando na preservação dos recursos culturais e naturais e garantindo a redistribuição de benefícios para os setores econômicos locais e regionais. Todavia, sua promoção enfrenta desafios, pois exige desenvolvimento equitativo, melhoria da qualidade de vida das comunidades locais e a oferta de experiências educativas para os visitantes, mantendo a integridade ambiental e sociocultural. Tavares (2021) observa que, apesar da busca pela sustentabilidade ambiental, é difícil dissociar o turismo da lógica de mercado ao se considerar o desenvolvimento de uma região ou município.

18

Conforme Campos e Mattos (2012), no contexto do paradigma da sustentabilidade, vários setores da sociedade buscam harmonizar ações de desenvolvimento econômico e preservação ambiental. O turismo sustentável, portanto, deve ser planejado com a participação das populações tradicionais na formulação de estratégias e ações de conservação para projetos de desenvolvimento turístico, utilizando métodos participativos que incentivem a produção e sistematização desses conhecimentos.

Rodrigues (2022) destaca que esse enfoque deve garantir não apenas a conservação dos patrimônios cultural e natural, mas também a satisfação dos turistas, o retorno para os investidores e os benefícios para a comunidade local. Além disso, o planejamento do turismo sustentável precisa considerar a equidade na distribuição dos benefícios econômicos, assegurando que as comunidades envolvidas tenham acesso a oportunidades de trabalho, capacitação e melhoria da infraestrutura local. Dessa forma, a inclusão dos diversos atores no processo decisório fortalece a governança e contribui para um modelo de turismo mais responsável e equilibrado.

Farias (2015) conclui que o turismo sustentável é uma alternativa viável para o desenvolvimento da Amazônia e outras regiões do mundo, e surge como uma atividade econômica que pode

contribuir para o processo de desenvolvimento sustentável da Amazônia. No entanto, essas teorias só se tornarão efetivas por meio de um planejamento participativo intenso, que até o momento não ocorreu plenamente. Em contraponto, Laques et al. (2018) questionam se é realmente possível alcançar um desenvolvimento sustentável que proteja o ecossistema local.

POLÍTICAS PÚBLICAS VOLTADAS PARA O TURISMO E DESENVOLVIMENTO LOCAL

As políticas públicas são fundamentais para estruturar o turismo e impulsionar o desenvolvimento local, especialmente em regiões como a Amazônia. Sua efetividade depende de um planejamento estratégico que integre sustentabilidade, gestão ambiental e participação comunitária, garantindo benefícios econômicos sem comprometer recursos naturais e sociais.

A Figura 6 sintetiza as principais contribuições dos autores analisados nesta revisão, abordando diferentes perspectivas sobre políticas públicas e turismo. Enquanto alguns estudos defendem estratégias para minimizar impactos socioambientais, outros apontam desafios estruturais, como a lógica de mercado e a falta de integração entre setores.

19

Figura 6. Principais contribuições dos autores em políticas públicas e desenvolvimento local

Autor(es)	Ano	Principais Contribuições
Jesus	2010	Políticas públicas devem adotar estratégias de gestão ambiental para reduzir impactos e otimizar o uso dos recursos naturais.
Tavares	2021	O desenvolvimento local através do turismo exige a integração de políticas sustentáveis, respeitando a diversidade sociocultural e incluindo lideranças locais.
Almeida	2020	Políticas públicas voltadas para a integração econômica da Amazônia impactaram significativamente a paisagem local.
Rodrigues	2022	Políticas de turismo podem contribuir para a proteção do patrimônio e reforço da dignidade comunitária.
Farias	2015	Projetos políticos impactaram a Amazônia, mas ainda há deficiências na participação social no desenvolvimento do turismo.
Cordovil	2018	Políticas públicas para o turismo geralmente seguem a lógica de mercado, negligenciando aspectos sociais e ambientais.
Campos e Mattos	2012	O mapeamento participativo é essencial para a formulação de políticas públicas e autonomia das comunidades locais.
Nascimento, Simonian e Farias Filho	2016	A avaliação de políticas públicas para o turismo ainda é escassa, evidenciando a necessidade de estudos mais aprofundados.
Laques et al.	2018	O ecoturismo pode ser uma iniciativa de conservação, mas também pode gerar impactos ambientais e desigualdades sociais.

Fonte: Elaborada pelos autores.

Alicerçado no paradigma da sustentabilidade, Jesus (2010) fundamentado no paradigma da sustentabilidade, argumenta que os gestores públicos responsáveis pelas políticas na Amazônia devem adotar planejamentos estratégicos que incorporem técnicas de gestão ambiental para reduzir impactos negativos e otimizar o uso dos recursos naturais. Ações como bioarquitetura, bioconstrução, práticas sustentáveis em empreendimentos privados, reuso de água, uso de energia solar e eletrodomésticos eficientes, além da participação efetiva das comunidades locais, são destacadas como essenciais para o desenvolvimento turístico sustentável.

Tavares (2021) lembra que, ainda que de forma incipiente, os planejamentos para a política de turismo na Amazônia foram iniciados na década de 1970. A Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM), atualmente Instituto Brasileiro de Turismo, buscou integrar a região ao restante do país, promovendo e efetivando o turismo na Amazônia, inserindo a atividade nos projetos de desenvolvimento das macrorregiões brasileiras. Apesar disso, tais políticas públicas ainda não atendem plenamente às necessidades da região. Almeida (2020) destaca que várias dessas políticas, voltadas para a valoração econômica da Amazônia e sua integração à economia nacional, resultaram em impactos socioambientais significativos e alteraram a paisagem local.

A partir desse ponto de vista, Rodrigues (2022) preconiza que a política de desenvolvimento do turismo pode contribuir para a sustentabilidade dos bens patrimoniais, desempenhando um papel pedagógico na proteção e reforço da dignidade das comunidades locais e dos turistas. A autora ressalta a importância de políticas públicas que assegurem a proteção ambiental dos recursos naturais, a preservação da cultura local e dos conhecimentos tradicionais, além de enfatizar a participação no cenário econômico global e os impactos do efeito multiplicador da atividade.

Conforme Farias (2015), vários projetos impactaram e reestruturaram a Amazônia, desde estímulos ao povoamento sem planejamento até a falta de atenção aos impactos ambientais e sociais. Apesar das intervenções políticas no turismo, ainda há uma lacuna na implementação de ações que promovam o desenvolvimento sustentável, especialmente as que envolvem a participação social. No entanto, esses projetos têm contribuído para conscientizar planejadores e gestores sobre a importância da inclusão dos atores sociais no desenvolvimento do turismo.

Em ponderação de Cordovil (2018), as políticas públicas para o turismo têm sido implementadas como instrumentos de desenvolvimento regional, estadual ou local, geralmente seguindo a lógica de mercado. No entanto, o autor ressalta a necessidade de reconhecer a complexidade do turismo e ampliar as discussões sobre estratégias de desenvolvimento local, integrando questões ambientais e o discurso do desenvolvimento sustentável, uma responsabilidade que o Estado deve assumir na análise, construção e implementação dessas políticas.

Rodrigues (2022) ressalta que o turismo e a região amazônica devem ser considerados de forma sistêmica, com atenção a aspectos cruciais para o planejamento, como a definição de políticas públicas de turismo, a importância da participação da comunidade e as necessidades dos turistas, bem como a percepção dos anfitriões. Campos e Mattos (2012) acrescentam que o mapeamento participativo é um subsídio essencial para a formulação de políticas públicas que promovam o desenvolvimento do turismo sustentável, ao reconhecer e valorizar os conhecimentos tradicionais e fomentar a autonomia econômica das comunidades e populações tradicionais.

Nessa conjuntura, Nascimento, Simonian e Farias Filho (2016), destacam que, embora as políticas públicas sejam objeto de diversos estudos, sua avaliação e análise não ocorrem na mesma proporção. Poucas são as políticas públicas voltadas para o turismo que são efetivamente analisadas ou avaliadas, e a literatura brasileira comprova que essa prática ainda é recente.

Jesus (2010) enfatiza que promover o turismo sustentável significa maximizar seus benefícios e reduzir seus impactos. Para alcançar o desenvolvimento desejado, as estratégias devem incluir a descentralização dos benefícios e evitar a exclusão das populações locais, além de minimizar os impactos negativos sobre o meio ambiente, promovendo, assim, o desenvolvimento local sustentável. Entretanto, é fundamental que as políticas de turismo sejam planejadas em conjunto com outros setores produtivos para estabelecer a correlação com o sistema de desenvolvimento econômico.

De acordo com Farias (2015), é válido ressaltar a importância de estudos que proponham uma nova perspectiva de desenvolvimento, buscando conter os avanços negativos do turismo "tradicional" e fortalecer o desenvolvimento local, destacando a importância da participação da população em todas as etapas das políticas de turismo, da elaboração à implementação de suas

ações. Isso constitui um processo de transformação social que permitirá o desenvolvimento mais adequado da atividade. Rodrigues (2022) destaca que as políticas públicas devem estabelecer fundamentos que promovam o desenvolvimento sustentável, assegurando a conservação dos patrimônios naturais e culturais, a satisfação dos turistas, a rentabilidade para os investidores e os benefícios para a comunidade.

Tavares (2021) aponta que, considerando os aspectos ambientais, econômicos, sociais e culturais, é possível alcançar o desenvolvimento local por meio da implementação de políticas públicas sólidas para o turismo sustentável. No entanto, é necessário agregar o "capital natural e sociocultural", respeitando a diversidade social e incluindo as lideranças locais na formulação de ações pelo poder público, valorizando as pequenas cidades e integrando o turismo com outros setores, como saneamento, saúde, educação e qualificação da população local para o desenvolvimento eficaz da atividade. A autora também destaca a importância das ações de pesquisa e extensão das universidades, bem como das iniciativas da sociedade civil.

CONCLUSÃO

O setor turístico desempenha um papel significativo no desenvolvimento socioeconômico, devido à sua capacidade de gerar emprego e renda, promovendo, assim, o desenvolvimento local. Entretanto, é fundamental considerar e analisar diversas outras variáveis que influenciam a complexidade dessa atividade, especialmente na região amazônica, onde é necessário buscar um equilíbrio harmônico entre o desenvolvimento e a conservação dos recursos naturais e culturais. Dessa forma, as políticas públicas a serem desenvolvidas devem incorporar essa complexidade e alinhar-se aos interesses da população local.

Sob essa perspectiva, o turismo sustentável deve ser utilizado de forma estratégica, maximizando os benefícios dos recursos ambientais que constituem a base do desenvolvimento turístico, de modo a preservar os processos ecológicos essenciais, contribuindo para a conservação dos recursos naturais, a biodiversidade e a cultura das comunidades receptoras.

Por meio da revisão sistemática da literatura, a pesquisa se deu a partir de artigos científicos indexados nas principais bases de dados constantes no acervo assinado do Portal de Periódicos da Coordenação de Aperfeiçoamento (CAPES). Após realização dessa pesquisa, foi possível constatar a pequena, ou quase invisível, quantidade de publicações. Apenas nove atenderam os

critérios de inclusão. Isso leva a questionar se não está havendo publicação de pesquisas sobre políticas públicas para o turismo na Amazônia, ou se realmente não estão ocorrendo pesquisas nessa área.

Pelos artigos analisados, pôde-se observar que as pesquisas ocorrem mais no Pará e no Amazonas, ficando os demais estados na periferia da pesquisa. Os métodos utilizados são praticamente uniformes, sendo que o mais utilizado foi o de pesquisa bibliográfica e de análise documental, a partir de uma concepção qualitativa. Observa-se, também, que não foram encontradas pesquisas que analisassem a aplicação e os resultados dessas políticas públicas aplicadas, sendo essa prática ainda insipiente.

Os autores também demonstraram em seus estudos que políticas públicas para o turismo na região amazônica ainda carecem de uma readequação, incluindo os atores de forma real e efetiva, e pelo não cumprimento do que a lei determina. Para alcançar o nível de desenvolvimento desejado, as estratégias de desenvolvimento do turismo sustentável devem incluir formas de descentralizar os benefícios resultantes e evitar a exclusão das populações locais, além de minimizar os impactos negativos sobre o meio ambiente.

Portanto, diante do cenário apresentado por esta pesquisa, torna-se evidente a necessidade de estabelecer uma nova agenda de pesquisas que estimule a investigação sobre o turismo sustentável e os processos de formulação de políticas públicas, especialmente na região amazônica. Ademais, recomenda-se uma agenda que avalie essas políticas utilizando metodologias eficazes para garantir sua efetividade e impacto.

REFERÊNCIAS

- Almeida, A. F. (2020). Ecossistemas costeiros amazônicos: As transformações socioambientais do século XVII ao XXI. *Cadernos do CEON*, 33(52), 24-37. [Link](#)
- Assunção, G. M. de, & Cosenza, J. P. (2021). The importance of tourism in promoting public policies in support of sustainable regional development. *Research, Society and Development*, 10(11). [Link](#)
- Barbosa, M. C., Medeiros, H., & Da Costa, G. (2022). An Analysis of the Tourism State Policy Formation in Rondônia, Brazil. *Journal of Tourism, Sustainability and Well-Being*, 10(2), 88-100. [Link](#)

- Boullón, R. C. (1997). *Planejamento do espaço turístico*. São Paulo: USC.
- Brasil. (2007). Lei complementar nº 124, de 3 de janeiro de 2007. *Diário Oficial da República Federativa do Brasil*, Poder Executivo, Brasília, DF. [Link](#)
- Burns, R. C., Gregory, L. C., & Moreira, J. C. (2019). A profile of visitors to Brazil Amazon Protected Areas. *Marketing & Tourism Review*, 4(1). [Link](#)
- Cacho, A. N. B. (2019). *Gestão do conhecimento e redes interorganizacionais em organizações públicas de turismo*. Tese, Doutorado, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal. [Link](#)
- Campos, L. G., & Mattos, C. P. de. (2012). Práticas de etnoconhecimento na gestão participativa do turismo sustentável na Amazônia: quilombo de Tapanagem (Oriximiná, Pa, Brasil). *Revista Brasileira de Pesquisa em Turismo*, 5(3), 325–337. [Link](#)
- CAPES. (2023). Portal de Periódicos da Capes. [Link](#)
- Cooper, C. (2006). Knowledge management and tourism. *Annals of Tourism Research*, 33(1), 47–64. [Link](#)
- Cordovil, J. C. (2018). As políticas de desenvolvimento do turismo no município de Santarém-Pará-Brasil. *Formação (Online)*, 25(45). [Link](#)
- Dias, R. (2003). *Planejamento do turismo: Política e desenvolvimento do turismo no Brasil*. São Paulo: Atlas.
- Farias, K. S. S. (2015). Principais políticas de fomento do turismo na Amazônia: Análise dos primeiros planos de turismo da Amazônia (PTA I e II) e do PROECOTUR. *Revista De Turismo Contemporâneo*, 2(2), 183-205. [Link](#)
- Fonseca, J. A., & Rodrigues, W. (2015). Avaliação da eficácia do PROECOTUR no Polo Turístico do Jalapão (TO). *Revista Brasileira de Ecoturismo (RBEcotur)*, 8(5). [Link](#)
- Gazoni, J. L., & Brasileiro, I. L. G. (2018). O turismo como um instrumento de proteção florestal na Amazônia: uma análise multivariada. *Revista Brasileira de Pesquisa em Turismo*, 12(3), 23-46. [Link](#)
- IBGE. (2019). Amazônia legal. [Link](#)
- Jurado-Zambrano, D. A., Velez-Ocampo, J., & López-Zapata, E. (2023). Smart governance strategies and their relationships with SDGs in three Latin American cities. *Management Research: The Journal of the Iberoamerican Academy of Management*, 21(1), 7–33. [Link](#)

- Jesus, V. L. R. (2010). Developing sustainable tourism in the Amazon rainforest of Brazil - premises, actions, challenges. *Worldwide Hospitality and Tourism Themes*, 2(2), 144-152. [Link](#)
- Laques, A.-E., Cabral, A. I. R., Silva, S. C. P. da, Pereira, H. dos S., & Saito, C. H. (2018). Água e floresta na Reserva de Desenvolvimento Sustentável do Uatumã. *Sustainability in Debate*, 9(2), 164–186. [Link](#)
- Lima, A. S. S. C. (2021). *Práticas sustentáveis no cotidiano e no contexto do turismo*. Dissertação, Mestrado, Escola Superior de Hotelaria e Turismo - Politécnico do Porto, Vila do Conde, Portugal. [Link](#)
- Lima, D. S., & Coriolano, L. N. M. T. (2016). O turismo regional e suas experiências comunitárias no Estado do Acre. *Revista Brasileira de Ecoturismo (RBEcotur)*, 9(2). [Link](#)
- Lima, M. A. G. de, Irving, M. de A., & Oliveira, E. (2022). Decodificando Narrativas de Políticas Públicas de Turismo no Brasil: uma leitura crítica sobre o turismo de base comunitária (TBC). *Revista Brasileira De Pesquisa Em Turismo*, 16, e–2094. [Link](#)
- Loiola, E. (2004). Turismo e desenvolvimento local sustentado. *Revista de Administração Pública*, 38(5), 817-850. [Link](#)
- MMA - Ministério do Meio Ambiente. (2011). *Proecotur Amazônia*. [Link](#)
- Ministério do Turismo. (2022). *Radar do turismo: Boletim mensal de estatísticas do turismo*. Ano 1, Nº 9, outubro. Ministério do Turismo. [Link](#)
- Nascimento, V. L. Q., Simonian, L. T. L., & Farias Filho, M. C. (2016). Os participantes da política pública de turismo do Pará a partir do modelo de fluxos múltiplos – 2007-2011. *Revista Brasileira de Pesquisa em Turismo*, 10(1). [Link](#)
- Oliveira, I. F. (2019). *Uma análise do conceito de desenvolvimento sustentável através da comparação de agendas internacionais: Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) e a Iniciativa Cidades Emergentes e Sustentáveis (ICES)*. [Dissertação de mestrado, Universidade Federal da Paraíba]. Repositório UFPB. [Link](#)
- Page, Matthew J., McKenzie, Joanne E., Bossuyt, Patrick M., Boutron, Isabelle, Hoffmann, Tammy C., Mulrow, Cynthia D., Shamseer, Larissa, Tetzlaff, Jennifer M., Akl, Elie A., Brennan, Sue E., Chou, Roger, Glanville, Julie, Grimshaw, Jeremy M., Hróbjartsson, Asbjørn, Lalu, Manoj M., Li, Tianjing, Loder, Elizabeth W., Mayo-Wilson, Evan, McDonald, Steve, McGuinness, Luke A., Stewart, Lesley A., Thomas, James, Tricco, Andrea C., Welch, Vivian

- A., Whiting, Penny, & Moher, David. (2022). A declaração PRISMA 2020: diretriz atualizada para relatar revisões sistemáticas. *Epidemiologia e Serviços de Saúde*, 31(2), e2022107. [Link](#)
- Paschoalini, M., & Barbosa, B. C. (2016). Exibição turística de pirarucus (*Arapaima gigas* schinz, 1822) de cativeiro na Amazônia, região do baixo Rio Negro. *CES Revista*, 30(1), 69-80. [Link](#)
- Paula, T. C. T. (2008). De PLENDERLEITH a Al Gore: o ideário vigente na conservação de bens culturais móveis no século XXI. *Anais do Museu Paulista: História e Cultura Material*, 16(2), 241-264. [Link](#)
- Pearce, D. (2003). *Geografia do Turismo: fluxos e regiões no mercado de viagens*. São Paulo: Aleph.
- Pimentel, T. D. (2022). *Políticas públicas de turismo no Brasil: Estado da arte e balanço no campo*. Salvador: Editora Motres.
- Pinto, P. M. (2007). Políticas de turismo e sustentabilidade em comunidades tradicionais: perspectivas conceituais. *Boletim Do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas*, 2(1), 11–22. [Link](#)
- Pires, P. dos S. (2013). Proposta para a adequação da tipologia e para a identificação dos componentes biofísicos dos atrativos naturais nos destinos de ecoturismo no Brasil. *Revista Brasileira de Pesquisa em Turismo*, 7(3), 398-418. [Link](#)
- Rabahy, W. A. (2003). *Turismo e desenvolvimento: estudos econômicos e estatísticos do desenvolvimento*. Barueri: Manole.
- Rabahy, W. A. (2020). Tourism analysis and perspectives in Brazil. *Revista Brasileira De Pesquisa Em Turismo*, 14(1), 1–13. [Link](#)
- Rodrigues, L. (2022). Turismo, patrimônio e políticas públicas na Amazônia Maranhense. *Confins: Revue Franco-brésilienne De Géographie*. [Link](#)
- Sansolo, D. G. (2013). Políticas e planejamento do turismo na Amazônia. *Caderno Virtual de Turismo*, 13(1), 105-119. [Link](#)
- Sant’Ana, L. C. F., Bento, L. S., & Pereira, D. C. (2021). Desenvolvimento Local e Sustentável: Uma realidade possível e necessária. *Revista Científica ANAP Brasil*, 14(35), 106-116. [Link](#)
- Santos, J. G. (2013). *Sistema de Indicadores de Sustentabilidade para o Turismo: aplicação de uma abordagem participativa em Porto de Galinhas, PE*. Dissertação, Mestrado, Universidade Federal de Pernambuco, Recife. [Link](#)
- SIPAM. (2020). Situação do COVID-19 na Amazônia Legal. [Link](#)

- Sousa-Santos, T., & Silva-Pereira, R. (2020). O turismo como impulsionador do desenvolvimento regional: análise no Campo das Vertentes (MG), Brasil. *EURE*, 46(137), 113-133. [Link](#)
- Tack, E., Barbosa, H. D. A., Nascimento, V. L. Q. & Pinto, P. M. (2020). O turismo balnear na Amazônia: realidades e perspectivas em Bragança (PA). *RITUR-Revista Iberoamericana de Turismo*, 10(1), 107-129. [Link](#)
- Tavares, M. (2021). Turismo e políticas públicas na Amazônia brasileira. *Confins: Revue Franco-brésilienne De Géographie*. [Link](#)
- Teixeira, F. R., Vieira, F. D., & Mayr, L. R. (2019). Turismo de Base Comunitária: uma abordagem na perspectiva da análise de clusters. *Turismo: Visão E Ação*, 21(2), 02–21. [Link](#)
- Tomazzoni, E. L. (2007). *Turismo e desenvolvimento regional: modelo APL TUR aplicado à região das Hortênsias*. Tese, Doutorado, Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo. [Link](#)